

BULLYING ESCOLAR E INCLUSÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

SCHOOL BULLYING AND INCLUSION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR CHILDREN WITH DISABILITIES IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-92

Estevam Pinheiro Lindoso ¹

Silas Ramos Moraes ²

Sônia de Fátima Ribeiro Durans Ribeiro ³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o fenômeno do bullying escolar, com ênfase nas vivências de crianças com deficiência e necessidades educacionais especiais. Busca-se compreender como políticas, culturas e práticas inclusivas são implementadas nas escolas primárias, a partir de uma pesquisa bibliográfica que reúne percepções de professores, gestores, profissionais de apoio, familiares e alunos. O estudo destaca a importância de um ambiente escolar seguro, que valorize a diversidade e promova o respeito mútuo como estratégia para a prevenção da violência e fortalecimento da coesão social. A abordagem teórico-metodológica apoia-se em autores como Beane (2016), Constantini (2011), Fante (2012), Lopes Neto e Saavedra (2013), Poletto e Sousa (2016), Rossato e Rossato (2014), Silva e Bazon (2017), além de legislações brasileiras e documentos orientadores como CONVIVA (2019) e UNESCO (2017).

PALAVRAS-CHAVE: Bullying escolar. Violência. Inclusão.

ABSTRACT

This article aims to analyze the phenomenon of school bullying, with an emphasis on the experiences of children with disabilities and special educational needs. It seeks to understand how inclusive policies, cultures, and practices are implemented in primary schools, based on a literature review that gathers perspectives from teachers, school administrators, support professionals, families, and students. The study highlights the importance of a safe school environment that values diversity and promotes mutual respect as a strategy for preventing violence and strengthening social cohesion. The theoretical-methodological approach is grounded in authors such as Beane (2016), Constantini (2011), Fante (2012), Lopes Neto and Saavedra (2013), Poletto and Sousa (2016), Rossato and Rossato (2014), Silva and Bazon (2017), as well as Brazilian legislation and guiding documents such as CONVIVA (2019) and UNESCO (2017).

KEYWORDS: School bullying. Violence. Inclusion.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. **E-MAIL:** estevam_lindoso@hotmail.com

² Mestrando em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. **E-MAIL:** srmleite@hotmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus - Lisboa, Portugal. **E-MAIL:** soninhadurans123@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação é um processo de aprendizagem por meio do qual conhecimentos, habilidades, valores e hábitos são adquiridos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, doravante denominada UNESCO, considera que a educação é um direito humano de todas as pessoas, ao longo da vida, e que o acesso à educação deve ser acompanhado de qualidade (UNESCO, 2017).

A violência escolar é considerada o resultado de uma “vulnerabilidade social”, uma vez que determinados setores da população estão mais suscetíveis a se envolverem em práticas ou situações de violência. Para Fante (2012), comunidades com maior compromisso com a igualdade apresentam níveis mais baixos de agressão direta. É fundamental que o sistema educacional promova valores como colaboração, cooperação e criatividade, por meio de ações que contribuam ativamente para o desenvolvimento de uma cultura escolar positiva.

No que se refere ao bullying, a UNESCO (2017) afirma que meninos e meninas podem estar mais vulneráveis quando possuem alguma deficiência, expressam orientação sexual diferente da predominante, pertencem a uma minoria étnica ou cultural, ou fazem parte de determinado estrato socioeconômico.

O Comitê Brasileiro de Organização Representativa das Pessoas com Deficiência (CRPD), enquanto plataforma associativa unitária de representação, ação e defesa das pessoas com deficiência e de suas famílias no Brasil, tem cobrado do poder público, da comunidade escolar e da sociedade em geral a adoção de medidas transformadoras que garantam, em todos os níveis, igualdade de tratamento e oportunidades, equidade, acesso e direito à inclusão plena na comunidade. Além disso, defende o combate à discriminação de qualquer natureza ainda enfrentada

por esse grupo social. Nesse sentido, o CRPD é favorável a uma educação inclusiva real e eficaz, rejeitando as desigualdades que podem ser mascaradas sob o conceito de inclusão, quando esta não assegura a plena participação no ambiente escolar, sem diferenciações ou assédio (SILVA; BAZON, 2017).

Há, ainda, diversos tratados e convenções internacionais de defesa dos direitos humanos que reconhecem a educação inclusiva como um direito fundamental das pessoas com deficiência, bem como rejeitam qualquer forma de violência motivada por essa condição.

DEFININDO O BULLYING ESCOLAR

Dan Olweus, considerado o pioneiro no estudo do bullying, em suas pesquisas definiu o bullying como “uma conduta de perseguição física e/ou psicológica realizada por um aluno contra outro, que é escolhido como vítima de repetidos ataques”. Essa ação negativa e deliberada coloca a vítima em uma posição da qual é difícil sair por conta própria. A continuidade dessas relações causa efeitos claramente negativos nas vítimas, como diminuição da autoestima, estados de ansiedade e até sintomas depressivos, o que dificulta sua integração ao ambiente escolar e o desenvolvimento normal de sua aprendizagem (CONSTANTINI, 2011).

O bullying implica um tipo de violência que se prolonga ao longo do tempo e ocorre no ambiente escolar. Pode englobar as seguintes categorias: violência verbal, física, sexual e psicológica; exclusão social; violência contra a propriedade; violência relacionada a furtos; ameaças; abusos; espalhar boatos ou ainda o cyberbullying.

Uma menção especial deve ser feita ao cyberbullying. Beane (2016), especialista na análise desse tipo de assédio, define-o como ameaças, hostilidade, humilhação ou outros tipos de constrangimentos praticados por um adulto contra outro adulto por meio das tecnologias de comunicação

telemática, como internet, telefonia móvel, consoles de jogos, entre outras.

De acordo com essa definição, pode-se compreender que o cyberbullying inclui todos os tipos de assédio entre adultos, sendo que o cyberbullying na escola caracteriza-se como uma prática entre pares no contexto educacional.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017) aponta que mais de um bilhão de pessoas vivem com algum tipo de deficiência no mundo, das quais aproximadamente 93 milhões são crianças. Apesar de estarem em situação de vulnerabilidade, não há dados concretos sobre o número de pessoas com deficiência que sofrem bullying.

MEMBROS ENVOLVIDOS EM BULLYING

A complexidade do bullying escolar se revela na diversidade de protagonistas envolvidos, os quais assumem papéis que influenciam diretamente a manutenção ou a superação da violência nas escolas:

A vítima é a pessoa ou grupo que sofre intimidação, assédio, abuso ou maus-tratos. Qualquer aluno pode ser vítima de bullying, embora a presença de uma deficiência aumente significativamente os riscos (BEANE, 2016).

A pessoa que assedia é aquela que exerce seu domínio sobre a vítima por meio de ações de intimidação. É importante considerar que os alunos que praticam o bullying podem, por sua vez, ser vítimas de violência intrafamiliar, negligência ou apresentar dificuldades relacionadas à autoestima, empatia e integração social (BEANE, 2016).

Os espectadores são aqueles que não participam ativamente das ações de bullying, mas tampouco tomam a iniciativa de impedir ou denunciar. Também são denominados "agressores passivos", "seguidores" ou "capangas". Seu papel é essencial para a manutenção do processo de assédio, pois, ao apoiar o agressor ou ignorar a situação, acabam por reforçar o comportamento violento e

isolar ainda mais a vítima. Em geral, limitam-se a observar os acontecimentos sem intervir (BEANE, 2016).

Vale ressaltar que o bullying nem sempre ocorre exclusivamente entre alunos. Em algumas situações, professores ou outros membros da comunidade escolar também podem estar envolvidos, integrando um dos grupos anteriormente mencionados (BEANE, 2016).

DESCRIÇÃO DO CONTEXTO

Para compreender o bullying escolar, especialmente em crianças com deficiência, é fundamental realizar uma análise abrangente dos contextos individual, escolar, econômico e cultural que influenciam sua ocorrência.

No **contexto social**, o ambiente em que os jovens estão inseridos condiciona significativamente seus comportamentos. Conforme Lopes Neto e Saavedra (2013), a globalização exerce grande impacto sobre o sistema educacional e as origens da violência. Em sociedades modernas, sobretudo nas ocidentais, predominam comportamentos individualistas e competitivos, os quais acentuam as diferenças entre classes sociais e evidenciam a situação de grupos desfavorecidos. Os jovens aprendem por imitação e a exposição contínua à violência pode naturalizar esse tipo de comportamento como forma comum de relacionamento. Por outro lado, quando a sociedade rejeita e sanciona a violência, os jovens tendem a abandonar práticas violentas. No entanto, observa-se uma passividade social diante do bullying, com pouca intervenção positiva nos casos de assédio e violência, o que contribui para a perpetuação desse fenômeno ao longo do tempo. Destaca-se que, em muitos casos, a ausência de redes de apoio adequadas às vítimas agrava a situação, podendo levar a desfechos trágicos, como o suicídio (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2013). No caso específico das pessoas com deficiência, somam-se aos fatores sociais os preconceitos e desigualdades

existentes. Poletto e Sousa (2016) afirmam que a sociedade discrimina esse grupo, muitas vezes considerando-o inferior e limitando sua inclusão social. Essa visão reforça a permissão social para atitudes discriminatórias por parte dos agressores. Em contrapartida, a sociedade tem o potencial de transformar o ambiente dessas pessoas por meio da redução de barreiras legais, da melhoria da acessibilidade e da promoção de valores inclusivos, contribuindo para um desenvolvimento social mais equitativo.

No **âmbito escolar**, uma vez que os jovens passam grande parte do tempo nas instituições educacionais, é comum que os papéis por eles desempenhados sejam mantidos e reforçados ao longo do tempo. As escolas devem fomentar ambientes inclusivos que promovam a convivência positiva, o diálogo, a compreensão e o respeito mútuo, aspectos frequentemente negligenciados. Poletto e Sousa (2016) defendem que os conflitos inerentes à comunidade escolar, composta por alunos, professores, funcionários e famílias, devem ser resolvidos de forma construtiva, pois o manejo adequado dos conflitos é essencial para a criação de um clima escolar favorável e para a formação de comportamentos sociais saudáveis. Considerando a vulnerabilidade acrescida dos alunos com deficiência ao bullying, torna-se imprescindível que a escola promova a convivência pautada na igualdade. As barreiras físicas, cognitivas, comunicativas e mentais presentes na sociedade também se refletem no ambiente escolar, dificultando a plena inclusão desses estudantes (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2013).

O **contexto interpessoal** exerce grande influência sobre as relações e comportamentos dos jovens. Poletto e Sousa (2016) explicam que as relações familiares impactam diretamente o comportamento escolar, assim como as amizades podem contribuir positiva ou negativamente para a ocorrência de bullying. A educação familiar é, portanto, fator determinante para a violência entre pares. Nesse

sentido, destacam-se duas teorias relevantes: a teoria do apego, que descreve os diferentes tipos de vínculo afetivo — seguro ou inseguro — que o indivíduo estabelece com os outros; e a teoria do vínculo, que relaciona o desamparo psicológico da vítima e a agressão injustificada do agressor a modelos internos instáveis e ansiosos, dificultando a correta avaliação das situações sociais (POLETTTO; SOUSA, 2016). Embora críticas, tais teorias evidenciam a conexão entre emoções e relações interpessoais, sendo o bullying e a paternidade temas de ampla investigação em virtude de sua relação causal. Além disso, Fante (2012) identificou uma relação entre superproteção materna e vítimas do sexo masculino, enquanto nas vítimas femininas a percepção de rejeição materna é significativa. Lopes Neto e Saavedra (2013) constataram que jovens que praticam bullying frequentemente têm pais autoritários e punitivos, associados à baixa autoestima. No caso das crianças com deficiência, a superproteção familiar é uma resposta comum, mas pode acarretar insegurança e baixa tolerância à frustração, prejudicando seu desenvolvimento integral. Assim, é fundamental que essas crianças sejam criadas em ambientes familiares que promovam seu desenvolvimento físico, pessoal e bem-estar integral, de forma similar às demais crianças.

Por fim, no **contexto individual**, a teoria da mente indica que as pessoas desenvolvem uma interpretação psicológica dos outros, concomitantemente ao desenvolvimento da personalidade. As características individuais influenciam diretamente o papel exercido por cada sujeito, seja como agressor ou vítima. O bullying pode ocasionar instabilidade emocional e psicológica em crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento, resultando em baixa autoestima e outras consequências negativas.

CAUSAS DE BULLYING ENTRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Fante (2012) explica que os alunos com deficiência pertencem a um grupo geralmente mais vulnerável a esse tipo de assédio. São considerados pelos agressores como “vítimas fáceis”, pois não atendem aos padrões incompreendidos pela sociedade. As vítimas de bullying geralmente apresentam alguma característica pessoal que as diferencia das demais. Muitas vezes, os alunos não compreendem o que significa ter uma deficiência e, infelizmente, essa condição torna-se motivo para exclusão ou bullying.

A UNESCO (2017) lista diversas razões principais pelas quais pessoas com deficiência apresentam taxas mais elevadas de violência e assédio:

- A. A necessidade de apoio para a realização de certas atividades aumenta sua vulnerabilidade a uma atenção pessoal invasiva e a abusos;
- B. O isolamento em relação aos pais, à família restrita e extensa, bem como aos amigos, eleva a probabilidade de abuso;
- C. Indivíduos com deficiência de comunicação, intelectual ou de desenvolvimento podem sofrer desatenção, descrença e falta de compreensão ao relatarem abusos;
- D. Pais e cuidadores podem estar sob pressão significativa devido a problemas físicos, financeiros e emocionais associados aos cuidados com a deficiência, o que aumenta a suscetibilidade a abusos, conforme indicam estudos;
- E. Crianças com deficiência, por vezes, são erroneamente consideradas seres não sexuais e apresentam pouco conhecimento sobre o próprio corpo, o que as torna mais vulneráveis a abusos, especialmente na esfera da sexualidade.

Além disso, crianças com deficiência podem apresentar dificuldades de relacionamento por não serem aceitas ou por encontrarem dificuldades em lidar com as relações interpessoais segundo os códigos sociais habituais. A comunicação social pode não ser fácil, pois comportamentos próprios dessas crianças

podem não ser compreendidos adequadamente. A impossibilidade de realizar atividades educacionais ou recreativas pode ainda afastá-las de seus pares da mesma faixa etária (ROSSATO; ROSSATO, 2014).

As dificuldades escolares também são significativas, visto que as necessidades das pessoas com deficiência frequentemente não são consideradas. A ausência de uma educação inclusiva efetiva é uma realidade na escola pública brasileira. De modo geral, as escolas não são totalmente acessíveis para que esses alunos possam frequentar, participar e aproveitar seu processo de formação e escolarização de maneira plena. Ademais, nem sempre os professores estão preparados para atender às necessidades, demandas e expectativas dos alunos que buscam uma educação inclusiva e não segregadora, situação que ainda persiste na prática (ROSSATO; ROSSATO, 2014).

O VALOR HUMANO

Prevenir o bullying, e especificamente intimidar meninas e meninos com deficiência, é uma questão de fornecer aos alunos ferramentas que os façam entender que a diversidade faz parte da vida e fornecer-lhes mecanismos que aumentem seus valores pessoais.

Constantini (2011) defende que a educação inclusiva é proposta como uma forma de o aluno desenvolver suas próprias habilidades, valorizando cada membro da comunidade escolar de forma independente e não sob um padrão. A educação deve motivar os alunos e oferecer-lhes estratégias que reforcem sua autoestima.

Nas escolas, tem-se relegado o ensino de habilidades sociais e psicológicas, que são básicas para entender o mundo que os cerca e saber administrar os próprios sentimentos. Nas salas de aula, os alunos devem ser fortalecidos criando resiliência, ou seja, a capacidade de superar situações que surgirão no futuro.

TABELA 1: Resiliência

RESILIÊNCIA				
Oferecer carinho e apoio	Enriquecer os laços sociais	Oportunidades de participação	Ensinar habilidades para a vida	Definir limites claros e estabelecer expectativas

FONTE: Adaptado de Constantini (2011)

O alunado têm que resgatar ou reconhecer a própria identidade e elevar sua autoestima, do individual ao coletivo. Deve-se buscar nas salas de aula poder trabalhar em equipe com essa visão compartilhada, a partir de *feedback*, avaliação e reclamação com respeito, sem a necessidade de recriminar e sem julgar. A própria criança deve ser capaz de aceitar as suas mudanças, os seus sentimentos e crescer nas suas aptidões sociais, assim será mais fácil para ela não se tornar uma vítima ou assediador.

Além disso, os alunos devem ser capacitados para a e na diversidade, educá-los nos diferentes tipos de deficiência e na forma de interagir com seus pares evitará casos de bullying por essa questão, pois, às vezes, o desconhecimento produz rejeição. Por esta razão, a UNESCO (2017) exorta os Estados a organizar campanhas de conscientização e educação dirigidas ao público em geral para prevenir a discriminação contra pessoas com deficiência. Da mesma forma, a UNESCO solicita a conscientização de profissionais para a eliminação da discriminação contra crianças com deficiência.

As associações e entidades trabalham pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência, mas são elas próprias que têm de aprender a defender-se. Ao capacitar alunos com deficiência, situações de violência podem ser evitadas. As pessoas com deficiência devem estar cientes de seus direitos e as escolas devem trabalhar para sua capacitação (Rossato; Rossato, 2014).

As pessoas com deficiência têm de compreender que têm o mesmo valor e os mesmos direitos que as outras pessoas. Essa faceta deve ser trabalhada entre os alunos e toda a comunidade deve conhecer os direitos que os assistem.

A formação que os jovens adquirem na infância e na adolescência pode marcar toda a sua vida e, portanto, o conhecimento do mundo que os cerca é tão importante quanto a capacidade de estar em sociedade. A educação inclusiva visa promover o saber ser social, promovendo acima de tudo respeito e a responsabilidade (Rossato; Rossato, 2014).

Nas salas de aula deve ser promovido um bom ambiente e para isso é necessário compreender a importância das conversas professor-aluno, família-aluno. A diversidade que existe no ser humano como valor deve ser ampliada e é importante que seja por meio de conversas eficazes e efetivas. Ou seja, é imprescindível estabelecer o diálogo como gerador de uma cultura de inclusão.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IGUALDADE E NÃO-DISCRIMINAÇÃO

O direito à igualdade requer, primeiramente, a compreensão de que cada pessoa é única, razão pela qual não se deve buscar a homogeneidade, mas sim assegurar que todas as pessoas tenham os mesmos direitos e oportunidades, independentemente de suas habilidades pessoais. A diversidade é uma característica intrínseca à vida, e o reconhecimento das diferenças é fundamental para a adoção de práticas inclusivas. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2016) fundamenta-se no respeito à diferença e na aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade e da condição humana (CONVIVA, 2019).

Os direitos das crianças com deficiência recebem proteção especial, uma vez que a sociedade reconhece sua maior vulnerabilidade a violações e a

necessidade de apoio para seu desenvolvimento integral. De modo similar, mulheres e meninas com deficiência também têm seus direitos legalmente protegidos, demandando atenção especial devido à interseccionalidade entre gênero e deficiência, que acarreta múltiplas formas de desigualdade (CONVIVA, 2019). Portanto, é imprescindível compreender que igualdade consiste na equiparação de oportunidades para que todos, independentemente da idade, possam desenvolver suas vidas em condições semelhantes.

No campo da educação, um modelo inclusivo que respeite as capacidades individuais dos alunos configura-se como um elemento essencial para a redução do bullying motivado por deficiência. Poletto e Sousa (2016) destacam que a educação é um dos fatores mais determinantes na luta contra a desigualdade, a exclusão social e a pobreza. O modelo educacional vigente no Brasil é segmentado entre educação regular e educação especial, o que frequentemente impede que alunos com deficiência tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, submetendo-os a uma educação segregada e inferior.

Essa dualidade reforça a percepção negativa das diferenças entre os estudantes, pois as crianças aprendem observando o ambiente ao seu redor e percebem a ausência generalizada de inclusão presente na sociedade contemporânea. Conforme afirmam Poletto e Sousa (2016), a educação inclusiva deve garantir pleno acesso à educação, sem discriminação ou segregação, e com suporte efetivo. Deve ser concebida a partir dos princípios de qualidade educacional, igualdade de oportunidades e acessibilidade universal ao longo de todo o ciclo vital, assegurando educação permanente às pessoas com deficiência. Essa abordagem promove a autonomia pessoal, o desenvolvimento livre da personalidade, o exercício do direito à autodeterminação e o apoio necessário para a inclusão social.

A educação inclusiva representa uma mudança paradigmática em relação ao modelo tradicional, que valorizava a homogeneidade, para um modelo que reconhece a heterogeneidade como princípio fundamental. A responsabilidade pela atenção à diversidade cabe à educação regular, uma vez que as diferenças são inerentes ao ser humano e fazem parte de qualquer processo de ensino-aprendizagem. Historicamente, essas diferenças foram negligenciadas, resultando na criação de estruturas e propostas educacionais diferenciadas para segmentos específicos, como crianças com deficiência e indígenas.

Assim, a educação inclusiva ultrapassa a mera integração das pessoas com deficiência. Seu objetivo último é educar levando em consideração as características individuais, evitando padrões homogêneos que, para muitos, com ou sem deficiência, revelam-se inacessíveis.

RECURSOS CONTRA O BULLYING NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

NECESSIDADES DETECTADAS E MEDIDAS

É extremamente importante que alunos, professores e familiares estejam cientes do problema do bullying e como enfrentá-lo, de forma a eliminá-lo definitivamente.

O atual sistema educacional no desenvolvimento de projetos curriculares não se refere de forma suficiente à deficiência. Os alunos com deficiência vivenciam o assédio e a violência em maior medida, razão pela qual a UNESCO (2017) elaborou uma série de medidas para prevenir o abuso e a violência contra crianças com deficiência:

A. Capacitar e educar os pais e outras pessoas que cuidam ou atendem a criança para que entendam os riscos e detectem os sinais de abuso a que podem estar sujeitos.

B. Garantir que os pais estejam vigilantes na escolha de cuidadores e instalações para seus filhos e melhorando sua capacidade de detectar o abuso.

C. Proporcionar e encorajar a criação de grupos de apoio para pais, irmãos e irmãs e outras pessoas que cuidam da criança para ajudá-los a atender às suas necessidades.

D. Assegurar de que as crianças e seus cuidadores saibam que têm o direito de ser tratados com dignidade e respeito e que têm o poder de reclamar às autoridades competentes em caso de violação desses direitos.

E. Garantir que as escolas tomem todas as medidas para combater o bullying na escola e deem especial atenção às crianças com deficiência, oferecendo-lhes a proteção necessária, mantendo a sua inclusão no sistema geral de ensino.

F. Assegurar que as instituições que prestam cuidados a crianças com deficiência tenham funcionários especialmente capacitados, que cumpram os padrões apropriados, sejam supervisionados e avaliados periodicamente e tenham mecanismos de reclamação acessíveis e responsivos.

G. Estabelecer um mecanismo de reclamação amigável e acessível para crianças e um sistema de monitoramento operacional baseado nos Princípios de Paris.

H. Adotar todas as medidas legislativas necessárias para punir e afastar os autores de crimes e contravenções no domicílio, garantindo que as crianças não sejam privadas de sua família e que continuem a viver em um ambiente seguro e saudável.

I. Assegurar o tratamento e a reintegração das vítimas de abuso e violência, com foco especial em programas gerais de recuperação.

A formação de professores na prevenção do bullying e na deficiência e suas necessidades são escassas. Ao problema da falta de educação inclusiva somamos as dificuldades de compreensão e entendimento da realidade do deficiente.

Nas palavras de Poletto e Sousa (2016), é necessário promover o trabalho cooperativo nas salas de aula, aumentar a empatia com os demais colegas por meio da organização de ações formativas, dar acessibilidade e apoio aos alunos com deficiência em suas interações, e envolver os alunos, professores e famílias na formação.

As escolas devem desenvolver protocolos de ação para os problemas que possam surgir apoiados pelo departamento pedagógico, envolvendo todos os membros da escola. Os pais devem ser informados de todos os planos realizados pela escola, e a escola deve oferecer instrumentos básicos de ação diante dos conflitos.

COMO LIDAR COM O BULLYING

A Lei 13.815/153, intitulada de Lei *Antibullying*, incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que todas as instituições educativas devem incluir um plano de convivência, bem como regulamentar o seu cumprimento. O Ministério da Educação (MEC), em conjunto com diferentes administrações educacionais e outros operadores, redigiu e publicou um relatório intitulado “Plano de Melhoria da Convivência”. Foi desenvolvido como referência para alunos, familiares e professores no enfrentamento do bullying, um fenômeno social em crescimento. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral da Unesp (GEPEM) contribuiu para o enriquecimento do “Plano Estratégico de Coexistência Escolar” como entidade representativa das pessoas com deficiência e seus familiares, contribuição necessária dada à propensão das pessoas com deficiência para o assédio moral (CONVIVA, 2019).

As comunidades autônomas, em virtude do seu âmbito de atribuições, podem e devem estabelecer o quadro normativo que permite às escolas desenvolverem o seu próprio plano de convivência.

O Ministério da Educação também fez eco aos protocolos de ação contra casos de bullying desenvolvidos pelas comunidades autônomas. O Protocolo de Intervenção Básico segue a mesma sequência na maioria das comunidades autônomas:

- Notificação de fatos que possam constituir bullying.
- Obtenção de informações.
- Verificar a existência de bullying.
- Comunicação imediata aos pais ou representantes legais da criança.
- Intervenção específica e desenvolvimento do plano de intervenção da escola.
- Comunicação ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente da existência de bullying na escola.
- Comunicação à direção da educação correspondente da existência de bullying na escola (CONVIVA, 2016).

Em 2016, o Ministério da Educação apresentou e colocou em funcionamento um canal direto de comunicação para casos de bullying escolar. Apesar de este serviço não ter nascido acessível, foram posteriormente incorporadas algumas medidas de acessibilidade (serviço de mensagens de texto, bem como atenção em língua gestual por vídeo-chat ou videochamada), com um caminho de melhoria ainda notável (CONVIVA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as pessoas com deficiência possuem o direito inalienável à educação inclusiva, pautada na igualdade de oportunidades ao longo de toda a vida. Para que esse direito seja efetivado, o sistema educacional deve reconhecer as capacidades e talentos desses indivíduos, oferecendo apoio contínuo para seu pleno desenvolvimento. Destaca-se a necessidade de garantir igualdade de acesso à educação, especialmente no Ensino Fundamental, assim como o direito a adaptações razoáveis que considerem as necessidades individuais e os diferentes apoios necessários.

A educação inclusiva deve contemplar, além do desenvolvimento acadêmico, o aprendizado de habilidades para a vida e a promoção do desenvolvimento social, facilitando a participação plena e igualitária dos estudantes. Para tanto, cabe aos Estados garantir o acesso a formas alternativas de comunicação, como Braille, sistemas alternativos e língua de sinais, bem como investir na qualificação de professores e demais profissionais da educação, ampliando seu conhecimento sobre essas modalidades comunicativas e promovendo a conscientização acerca das especificidades da deficiência.

Ademais, é imprescindível que sejam estabelecidos mecanismos eficazes para a detecção, apoio, proteção, defesa, recuperação, reabilitação e reintegração das pessoas com deficiência vítimas de exploração, violência e abuso. Essa proteção deve ser reforçada considerando fatores como idade, sexo e condição infantil.

A presente pesquisa evidencia que pessoas com deficiência estão mais vulneráveis à violência, especialmente no ambiente escolar, onde são frequentes atos de agressão perpetrados por professores, funcionários e colegas. As formas de violência incluem ameaças, abusos físicos e outras modalidades de bullying. Tal vulnerabilidade é agravada pela dificuldade de algumas vítimas em reconhecer a gravidade das situações, além do temor à estigmatização e exclusão, o que, em certos casos, leva à preferência por escolas especiais. Assim, é fundamental que o sistema educacional se configure como um ambiente seguro e acolhedor, no qual todos aprendam a valorizar a diversidade como um diferencial enriquecedor. Eliminar a violência nas escolas é uma estratégia essencial para promover a coesão social no presente e no futuro.

Finalmente, a educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana, reforçar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, e fomentar a compreensão, a tolerância

e a amizade entre todas as nações, grupos raciais e religiosos. Deve, ainda, promover atividades que estimulem o desenvolvimento integral e a aprendizagem voltada à manutenção da paz.

REFERÊNCIAS

Beane, A. 2016. **A Sala de Aula Sem Bullying**. Porto: Porto Editora.

Brasil. (2015). Lei Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

Constantini, Alessandro. (2011). **Bullying, como combatê-lo**: prevenir e enfrentar a violência entre jovens. São Paulo: Itália Nova.

CONVIVA SP. (2019). **Plano de Melhoria da Convivência**. Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2020/05/plano-de-melhoria-da-convivencia-2020.pdf> Acesso em: 12 fev. 2025.

Fante, Cleo. (2012). **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus.

Lopes Neto, A. A; Saavedra, L. H. (2013). **Diga não para o bullying**. Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes. Rio de Janeiro: ABRAPIA.

Poletto, Michele; Sousa, Ana Paula Lazzaretti; Koller, Silvia Helena. (Orgs.). (2016). **Escola e Educação**: práticas e reflexões. Curitiba: Juruá.

Rossato, G; Rossato, S. M. (2014). **Educando Para a superação do Bullying escolar**. São Paulo: Edições Loyola.

Silva, José Luiz da; Bazon, Maria Rezende. (2017). **Prevenção e enfrentamento do bullying**: o papel de professores. Revista Educação Especial, Santa Maria, v.30, n.59, p.615-628.

Unesco. (2017). **Escola para todos**: experiências de redes municipais na inclusão de alunos com deficiência, TEA, TGD e altas habilidades. Carla Mauch e Wagner Santana. Brasília: UNESCO.